



PSICOFÁRMACOS E DIAGNÓSTICOS EM SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: MAPEAMENTO DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPSI)

Heloísa Kiany Fujii Bonifácio Da Silva¹, Stephanie Malu Marques Cisz², Natan Nascimento de Oliveira³, Catherine Menegaldi Silva⁴,

¹Acadêmica do Curso de Psicologia, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/ICETI-UniCesumar. heloisakiany@hotmail.com

²Acadêmica do Curso de Psicologia, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. stephanie_malu@hotmail.com

³Coorientador, Mestre em Enfermagem, Docente Departamento de Enfermagem, UNICESUMAR. natan.nascimento@unicesumar.edu.br

⁴Orientadora, Doutora em Promoção da Saúde, Docente do Programa de Pós Graduação Gestão do Conhecimento nas Organizações, UNICESUMAR. Pesquisadora e bolsista do Instituto Cesumar de Ciência, tecnologia e inovação – ICETI. catherine.silva@unicesumar.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar o perfil farmacológico dos pacientes ativos de um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS-i) localizado no norte do Paraná, com foco nas práticas de prescrição medicamentosa adotadas nos últimos cinco anos. Trata-se de pesquisa documental e observacional, de delineamento de coorte retrospectivo, que será realizada a partir da coleta e análise de prontuários institucionais. A população do estudo será composta por crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos atendidos regularmente pelo serviço no período estabelecido. Serão extraídos dados clínicos e sociodemográficos, incluindo diagnósticos registrados, psicofármacos prescritos, classes terapêuticas, tempo de uso, comorbidades, idade, sexo e formas de encaminhamento ao serviço. As informações serão sistematizadas em planilhas estruturadas e analisadas por procedimentos de estatística descritiva, com apoio do software IRaMuTeQ para a organização de dados textuais e identificação de padrões. A pesquisa será conduzida em conformidade com os princípios éticos em pesquisas com seres humanos, mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UniCesumar. Espera-se que os resultados possam contribuir para a compreensão das práticas institucionais de prescrição no campo da saúde mental infantojuvenil, apontando possíveis fragilidades entre diagnóstico e conduta medicamentosa. Pretende-se ainda que a pesquisa ofereça subsídios para a revisão de protocolos clínicos, a qualificação das estratégias de cuidado e a formulação de políticas públicas mais coerentes, alinhadas à Reforma Psiquiátrica e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: CAPS-i; Medicalização; Políticas públicas; Psicofármacos; Saúde mental infantojuvenil.

1 INTRODUÇÃO

A infância e a juventude são fases do desenvolvimento humano marcadas não apenas por características etárias e biológicas, mas por uma condição existencial específica: a de ser em potência, como afirma a doutrina da proteção integral do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA considera esse estado “inacabado” como um porvir que deve ser valorizado, protegido e orientado, garantindo que a criança e o adolescente tenham acesso a todos os direitos necessários para alcançar seu pleno desenvolvimento. Diferente da vida adulta, a fase infantojuvenil demanda mediações e instituições que reconheçam a incompletude como direito e não como insuficiência. Como destaca Carrano (2007), é necessário reconhecer que “existem muitas maneiras de ser jovem hoje” e que a diversidade de tempos, trajetórias e modos de viver a infância deve ser acolhida pelas políticas públicas.

Nas últimas décadas, observa-se um crescente processo de psicopatologização da infância, impulsionado pela ampla circulação dos manuais diagnósticos internacionais, como o DSM-5 e a CID-11. Esse fenômeno tem contribuído para a popularização da prática de autodiagnóstico e para a expansão de diagnósticos e intervenções psicofarmacológicas,



muitas vezes precoces e inadequadas. Como afirma Lavoratto et al. (2024, p. 17), “vivemos hoje o fenômeno da medicalização da infância”, em que o uso de medicamentos se antecipa à escuta qualificada, ao contexto social e à singularidade subjetiva do sofrimento. Freitas e Azevedo (2022) também denunciam essa medicalização como uma forma de controle social que se apresenta como tratamento, silenciando experiências legítimas do ser criança.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2022, p. 38), “o uso excessivo e não supervisionado de medicamentos psicotrópicos pode agravar o quadro clínico e comprometer o desenvolvimento infantil”. Essa advertência reforça a urgência de práticas de promoção e prevenção da saúde mental, bem como a necessidade de pesquisas populacionais que revelem os padrões de prescrição psicotrópica em crianças e adolescentes. Estudos como os de Lavoratto et al. (2024) apontam para o risco de reduzir os transtornos mentais ao uso de medicamentos, o que exige a disseminação de práticas psicossociais mais seguras, equitativas e baseadas na singularidade dos sujeitos.

O contexto da pandemia de Covid-19 acentuou ainda mais esse cenário, revelando casos graves de sofrimento emocional e transtornos mentais persistentes em crianças e adolescentes. O agravamento das desigualdades sociais e a ruptura dos vínculos escolares, comunitários e familiares funcionam como gatilhos e amplificadores dos quadros psiquiátricos, sobretudo em populações vulneráveis. Nesse cenário, os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS-i) assumem um papel estratégico, não apenas de acolher as demandas da saúde mental infantil, mas também ao se constituírem como espaços de apoio à família e à rede, promovendo terapias não medicamentosas e articulando os determinantes sociais da saúde. Para Silva (2018), os CAPS-i devem superar a função exclusivamente clínica e atuar como equipamentos de cuidado territorial e comunitário.

O crescente aumento da medicalização na infância e adolescência, especialmente no campo da saúde mental, tem aberto discussões relevantes sobre os limites entre cuidado e controle, escuta e silenciamento, clínica e padronização. Como aponta Lavoratto et al. (2024), o aumento das prescrições em fases de desenvolvimento, muitas vezes sem respaldo de uma abordagem psicossocial ampliada, evidencia não apenas uma fragilidade das estratégias institucionais de atenção, mas também o risco de violação dos direitos previstos pelo ECA (BRASIL, 1990).

Assim, o estudo tem como objetivo investigar o perfil farmacológico dos pacientes ativos de um CAPS-i localizado no norte do Paraná, com foco nas práticas de prescrição medicamentosa adotadas no serviço. Como objetivos específicos, pretende-se: identificar os principais psicofármacos prescritos aos pacientes; classificar os medicamentos segundo suas classes terapêuticas; investigar os principais profissionais e instituições responsáveis pelos encaminhamentos; e verificar a correspondência entre os diagnósticos registrados e as medicações utilizadas, analisando a coerência entre indicação clínica e tratamento instituído.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa documental e observacional, com delineamento de estudo de coorte retrospectivo, desenvolvida a partir da análise de prontuários clínicos disponibilizados por um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS-i) localizado na região noroeste do estado do Paraná. A pesquisa terá como população-alvo os pacientes ativos, com idade entre 0 e 18 anos, que foram atendidos na unidade nos últimos cinco anos, contados a partir da data de início da coleta.

Os dados serão coletados a partir dos registros clínicos e administrativos contidos nos prontuários institucionais, mediante autorização formal da coordenação do CAPS-i e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UniCesumar. Serão extraídas informações clínicas e sociodemográficas dos pacientes, incluindo: idade, sexo, encaminhamento ao



serviço, diagnóstico principal registrado, medicamentos prescritos, classes terapêuticas dos psicofármacos, tempo de uso da medicação e comorbidades associadas.

As informações coletadas serão organizadas em planilhas estruturadas e tabuladas com o auxílio de software estatístico apropriado, sendo posteriormente analisadas por meio de procedimentos de estatística descritiva (frequência absoluta e relativa, medidas de tendência central e de dispersão, quando aplicável). O uso do software IRaMuTeQ será incorporado para sistematizar as ocorrências textuais em campos abertos dos prontuários, caso existam, visando identificar padrões e coocorrências entre termos relacionados a diagnóstico, conduta medicamentosa e histórico psicossocial.

A análise buscará evidenciar o perfil farmacológico dos pacientes atendidos, identificar os principais medicamentos utilizados, suas respectivas classes terapêuticas, os profissionais ou instituições que realizaram os encaminhamentos, e verificar a correspondência entre os diagnósticos registrados e os psicofármacos prescritos. Todo o processo será conduzido em conformidade com os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, garantindo o sigilo das informações e a proteção integral dos sujeitos envolvidos.

3 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o fortalecimento da rede pública de saúde mental infantojuvenil, por meio da elaboração de um perfil farmacológico dos pacientes atendidos por um CAPS-i localizado no norte do Paraná, considerando o período dos últimos cinco anos. A sistematização dos dados clínicos e sociodemográficos deverá permitir a identificação dos principais psicofármacos prescritos, suas respectivas classes terapêuticas e a frequência de uso em diferentes faixas etárias. A análise também poderá verificar a correspondência entre os diagnósticos registrados e os medicamentos utilizados, bem como mapear os fluxos de encaminhamento dos pacientes ao serviço. Com isso, pretende-se oferecer subsídios para o aprimoramento das práticas institucionais, a qualificação das estratégias de cuidado e a formulação de políticas públicas mais coerentes com os princípios da Reforma Psiquiátrica e da atenção psicossocial à infância e adolescência. Ao integrar os dados obtidos à realidade territorial do serviço investigado, esta pesquisa poderá colaborar para a promoção de práticas mais éticas, seguras e contextualizadas no campo da saúde mental infantojuvenil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilita uma análise crítica das práticas de prescrição de psicofármacos em crianças e adolescentes atendidos em um CAPSi, contribuindo para a garantia dos direitos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e para a consolidação de políticas públicas mais equitativas. A partir disso, é possível oferecer subsídios empíricos para o debate sobre a medicalização da infância e adolescência no Brasil, ao sistematizar dados clínicos e sociodemográficos. Além disso, o trabalho abre caminho para investigações futuras sobre estratégias terapêuticas não medicamentosas, fluxos de encaminhamento e impactos das políticas públicas de saúde mental no desenvolvimento infantojuvenil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia. *Síntese de evidências para políticas de saúde: reduzindo o uso indiscriminado de medicamentos em crianças e adolescentes com transtornos mentais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. 102 p.



Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sintese_evidencias_reduzindo_medicamentos_crianças.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde; CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 60 p. ISBN 978-85-334-2162-2. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 19 set. 2025.

FERNANDES, A. D. S. A. et al. Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infantojuvenil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 28, n. 2, p. 725-740, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1870>. Acesso em: 12 maio 2025.

FREITAS, F. F. P.; AZEVEDO, L. J. C. *Medicalizando crianças e adolescentes. Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 27, n. esp. 2, e022022, 2022. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v27iesp.2.16590>. Acesso em: 12 maio 2025.

LAVORATTO, B. R. S. et al. *Medicalização e farmacologização da infância: interrogantes à Psicologia*. Várzea Grande: Univag – Centro Universitário, 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia). Acesso em: 12 maio 2025.

SILVA, O. R. T.; SILVEIRA, M. M. O uso de psicofármacos por crianças e adolescentes em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 31, n. 2, p. 210-218, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14450/2318-9312.v31.e2.a2019.pp210-218>. Acesso em: 12 maio 2025.

SILVA, S. N.; LIMA, M. G.; RUAS, C. M. Uso de medicamentos nos Centros de Atenção Psicossocial: análise das prescrições e perfil dos usuários em diferentes modalidades do serviço. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 7, p. 2871-2882, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.23102018>. Acesso em: 12 maio 2025.